

CORREIO NACIONAL



Ministério das Comunicações abriu consulta pública

Governo federal quer levar internet a rodovias

O Ministério das Comunicações (MCom) abriu uma consulta pública sobre a portaria que cria a Política Nacional de Conectividade em Rodovias.

O objetivo é ouvir a opinião de interessados sobre como levar e ampliar os serviços de internet móvel (4G ou superior) nas rodovias brasileiras.

O foco da futura política pública está nos trechos localizados fora das sedes de municípios e sem conectividade.

Por meio da polícia o

governo pretende transformar as rodovias brasileiras em rotas conectadas continuamente e garantir a segurança viária aos usuários que viajam ou trabalham nas estradas e, sobretudo, nos trechos fora da área de cobertura da prestadora contratada na região.

O processo participativo estará aberto até 21 de setembro na plataforma “Participa + Brasil”, do governo federal, e o acesso deve ser feito com login e senha do portal de Gov.br .

Samu indígena

O Ministério da Saúde inaugurou, no último sábado (9), em Dourados (MS), a primeira unidade do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu 192) especializada no atendimento à população indígena do país.

Segundo a pasta, cinco enfermeiros, cinco técnicos de enfermagem

e quatro motoristas-socorristas vão oferecer atendimento a cerca de 25 mil indígenas da região da Terra Indígena (TI) Jaguapiru, encaminhando os pacientes para hospitais de referência da região.

Dos 14 profissionais já contratados, sete são indígenas, bilíngues.

ONU remarca reunião

Uma reunião online prevista para ontem (11), entre o escritório do clima da Organização das Nações Unidas (ONU) e Secretaria Extraordinária da COP30 (30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas), foi remarcada para a próxima quinta-feira (14). A agenda é para tratar sobre

hospedagem em Belém (PA), cidade que sediará o evento em novembro deste ano. A remarcação foi solicitada pelo Secretariado da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC, na sigla em inglês) e o horário para o novo encontro ainda não foi confirmado.

Atendimento especializado

Os inscritos no Exame Nacional de Avaliação da Formação Médica (Enamed) que pediram tratamento pelo nome social e atendimento especializado já podem verificar o resultado na Página do Participante Enamed.

O prazo para recurso por indeferimento começou nesta segunda-feira

(11) e vai terminar no dia 15 de agosto.

O resultado dos recursos será divulgado no dia 20 de agosto. As provas serão aplicadas no dia 19 de outubro, de acordo com o edital de retificação. O Enamed é a nova avaliação aplicada aos concluintes dos cursos de medicina.

Coibir práticas abusivas

O Conselho Diretor da Anatel, vinculada ao Ministério das Comunicações, aprovou novas medidas para coibir práticas abusivas na realização de chamadas telefônicas em massa. A partir de agora, será obrigatório o uso do processo de autenticação de chamadas para contra-

ntantes de serviços de telefonia que realizem mais de 500 mil ligações por mês. As empresas terão 90 dias para se adequar.

Com a autenticação, será possível monitorar, em tempo real, as chamadas originadas por grandes chamadores e adotar medidas específicas.

Gabaritos do Encceja 2025

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) publicou na segunda-feira (11/8), os gabaritos oficiais das provas objetivas do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja) 2025. Os participantes podem

acessá-los no portal do Instituto. Os gabaritos estão organizados por área de conhecimento.

O exame é uma oportunidade para quem busca a certificação do ensino fundamental e médio. Realizado pelo Inep desde 2002, possibilita a retomada da trajetória escolar.

Estratégias de combate ao microplástico no país

Brasil é responsável por até 190 mil toneladas do lixo marinho

A Academia Brasileira de Ciências (ABC) lança nesta quinta-feira (7) o relatório Microplásticos: um problema complexo e urgente. O documento analisa os efeitos do descarte inadequado do material e propõe estratégias de combate aos minúsculos fragmentos que contaminam o meio ambiente, especialmente rios e oceanos.

Segundo levantamento bibliográfico dos pesquisadores, o Brasil contribui anualmente com até 190 mil toneladas do volume total de lixo no ambiente marinho. A estimativa de produção de plástico no mundo é de 400 milhões de toneladas ao ano, sendo menos de 10% reciclado.

Cerca de 80% dos resíduos plásticos que chegam ao mar vêm de atividades realizadas em terra, como turismo, indústria, ocupação urbana desordenada e má gestão de resíduos sólidos. Os outros 20% vêm de atividades realizadas no próprio mar, como transporte marítimo e pesca.

“Enfrentar a poluição por microplásticos exige uma ação coordenada entre governo, setor produtivo, comunidade científica e sociedade. Precisamos rever estratégias nacionais e investir em educação, inovação e regulação para proteger a saúde humana e os ecossiste-



O documento analisa os efeitos do descarte inadequado do material

mas”, defende a presidente da ABC, Helena Nader.

Quando chegam ao oceano, os resíduos sofrem dispersão por meio de marés, correntes e ventos. E aí, vêm diferentes impactos ambientais, sociais e econômicos. Eles podem ser ingeridos por animais marinhos e outros seres vivos da cadeia alimentar marítima.

Microplásticos também são encontrados em órgãos do corpo humano, o que representa riscos à saúde. Estudos encontraram microplásticos em placentas e cordões umbi-

licais de gestantes.

“O relatório propõe um conjunto robusto de ações concretas, que exigem a atuação coordenada entre governo, setor produtivo e sociedade. Não podemos mais tratar os plásticos como descartáveis. É hora de assumir a responsabilidade pelo ciclo completo desses materiais, desde a produção até o descarte e a reciclagem”, avalia Adalberto Luis Val, vice-presidente da ABC para a Região Norte e coordenador do grupo de trabalho sobre microplásticos.

Para reduzir o impacto des-

se tipo de poluição, os pesquisadores propõem seis caminhos:

Governança - revisar o Plano Nacional de Combate ao Lixo no Mar de 2019, com reforço no combate aos microplásticos; fortalecer a discussão e implementação do Tratado sobre a Poluição Ambiental por Plásticos;

Ciência, tecnologia e inovação: aumentar investimentos em reciclagem no país; reutilizar os produtos plásticos; substituir polímeros sintéticos por polímeros biodegradáveis em produtos descartáveis;

Censo busca conhecer trabalhadores do SUS

O Ministério da Saúde que conhecer, de forma bem mais aprofundada, quem são os profissionais que compõem a força de trabalho direta e indireta do Sistema Único de Saúde (SUS). Para tanto, vai implementar o Censo da Força de Trabalho em Saúde (CFTS).

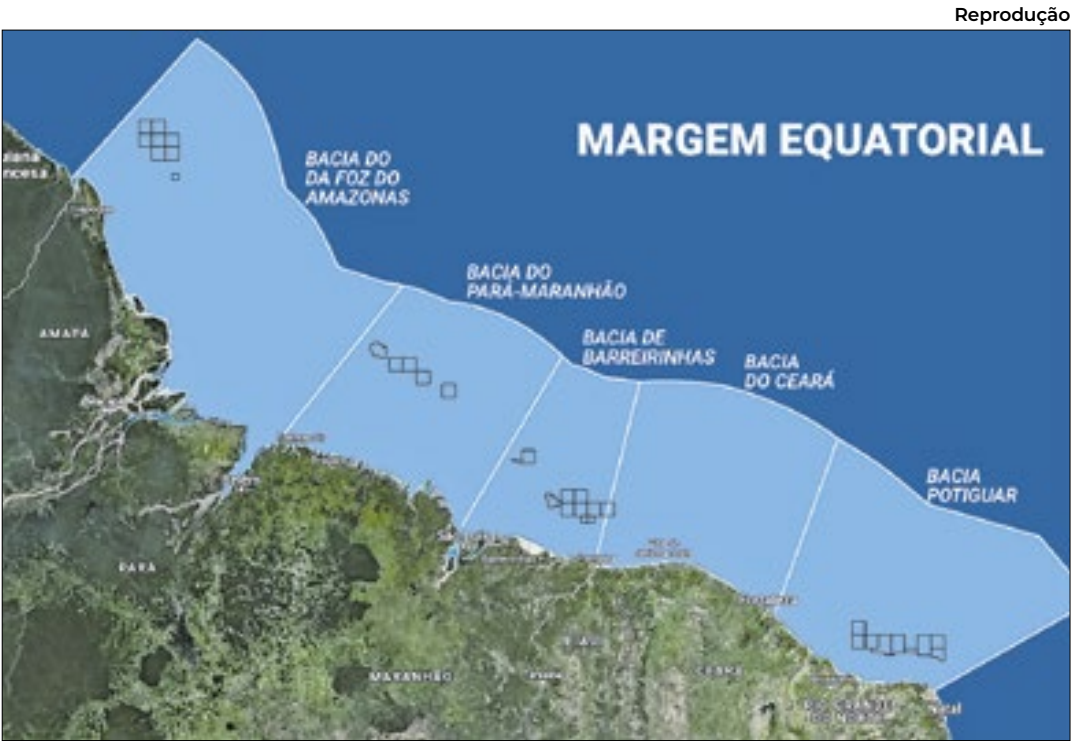
O projeto-piloto do censo foi iniciado em julho de 2025, no Distrito Federal e no Mato Grosso do Sul, e representa o passo inicial para unir dados sobre formação, funções e locais de atuação dos profissionais do sistema de saúde.

Nesta primeira etapa, a ideia é visitar 6.291 estabelecimentos de saúde no Distrito Federal e 6.297 estabelecimentos em Mato Grosso do Sul.

“A escolha das localidades se justifica pelas características específicas e complementares dos territórios. O DF apresenta uma alta concentração populacional em um território menor, com complexidade nas redes de saúde e diversidade de serviços. O Mato Grosso do Sul apresenta grande extensão territorial, baixa densidade populacional, desafios de acessibilidade e atenção às populações indígenas e rurais”, justifica o Ministério da Saúde.

Os dados obtidos – com informações atualizadas e qualificadas para o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) – subsidiarão políticas públicas de planejamento e de dimensionamento do trabalho desses profissionais. Será possível identificar tanto a quantidade como a qualidade de profissionais necessários para um bom atendimento às demandas da população.

Trata-se, segundo o ministério, de uma medida estratégica para garantir equidade, visibilidade e reconhecimento do papel fundamental dos profissionais da saúde para o funcionamento efetivo do sistema.



Entidade defende ações de mitigação caso haja produção de óleo e gás

Margem Equatorial deve ser mais pesquisada

A Academia Brasileira de Ciências (ABC) se manifestou na última semana em defesa de mais pesquisas científicas sobre a viabilidade de explorar petróleo na Margem Equatorial. Não há um posicionamento contrário ou favorável à exploração, mas indicação de quais elementos são necessários para tomada de decisão.

A Margem Equatorial Brasileira é uma faixa costeira que abrange os estados do Amapá, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará e Rio Grande do Norte, e onde se analisa a existência de reservas de petróleo e gás natural.

A entidade lista os requisitos que considera obrigatórios para a exploração:

- Garantia de plena segurança técnica e jurídica, incluindo a avaliação detalhada dos impactos socioambientais e dos riscos envolvidos;
- Demonstração da eficácia das medidas de resposta e contenção em caso de acidentes;
- Total transparência nos processos decisórios;
- Realização de consultas públicas e ações de esclareci-

mento à sociedade, em especial às populações que possam ser diretamente afetadas.

A presidente da Academia Brasileira de Ciências, Helena Nader, reforça a importância de fundamentar as decisões com conhecimento científico aprofundado, critérios técnicos rigorosos e transparência.

“Trata-se de uma região ambientalmente sensível e estratégica para o país. Ampliar as pesquisas, fortalecer o monitoramento e garantir planos eficazes de mitigação são passos indispensáveis para proteger os ecossistemas e as populações locais, hoje e no futuro”, diz a presidente.

O relatório explica que a Margem Equatorial brasileira compreende dois grandes ecossistemas marinhos: um, na região Norte, associado à foz do Rio Amazonas, e outro em parte do Leste, na porção oriental do litoral do Nordeste.

A parte Norte, embora mais distante da costa, tem áreas próximas a ambientes sensíveis, com recifes ricos em biodiversidade e impacto

na pesca. Além disso, a costa adjacente abriga uma das maiores extensões contínuas de manguezais do planeta. Esses ecossistemas armazenam até 50 vezes mais carbono que outros biomas terrestres e funcionam como berçários da biodiversidade.

“É imprescindível um planejamento minucioso das ações de mitigação, especialmente frente à possibilidade de derramamentos acidentais”, diz um dos trechos do documento. É apontado que mesmo países com capacidade técnica mais alta enfrentam riscos. E há chance de acidentes que provoquem danos irreversíveis.

Os pesquisadores reforçam que o Brasil precisa considerar as metas climáticas com as quais se comprometeu e valorizar o fato de ser a sede da COP30, evento que ocorrerá em Belém no mês de novembro. Nesse sentido, pedem uma “avaliação transparente sobre o papel de eventuais novas fontes de combustíveis fósseis no balanço nacional de emissões”.